

NÚMEROS QUE CONFUNDEM

NÚMEROS QUE CONFUNDEM A QUESTÃO DO CUSTO DO ENSINO SUPERIOR, HOJE NO CENTRO DO DEBATE SOBRE A REFORMA UNIVERSITÁRIA, EXIGEM CRITÉRIOS E CONTAS JUSTAS.

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

Quanto custa o aluno do ensino superior no Brasil? Para uma pergunta tão malfeita e indefinida - mas freqüentemente formulada e recentemente deslocada para o centro do debate acerca da reforma universitária - há muitas respostas possíveis. Por isso ninguém se entende nessa área e se confundem, comumente, alhos com bugalhos.

Para começar, é preciso saber se o ensino de que se fala é somente o ensino de graduação (inclui cursos seqüenciais?), se inclui a pós-graduação *lato* (especializações) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e outros cursos de mais curta duração. Normalmente, consideram-se alunos de graduação e pós-graduação stricto sensu nesses levantamentos.

Internacionalmente, o custo é o que se gasta diretamente com o ensino ao aluno, não se devendo defini-lo como as receitas divididas pelo número de estudantes nem como os gastos totais divididos pelo número de alunos. As universidades públicas, para se mostrar competitivas e reivindicar recursos para o aumento das vagas, esforçam-se para estabelecer o custo do seu aluno como o custo direto mencionado acima e chegar a uma faixa de R\$ 6 mil. Argumentam que esse valor é o que um aluno do setor privado paga de mensalidade anualmente. Má comparação.

Na maioria dos países, e o Brasil não é exceção, o custo direto do ensino é cerca de um terço dos gastos de uma Instituição de Ensino Superior (IES), que incluem administração, biblioteca, esporte, transporte, segurança, manutenção, gestão acadêmica, investimentos, impostos (em alguns casos) etc. - sem falar nos gastos que algumas com pesquisa e extensão. Logo, provavelmente, o custo direto do ensino numa IES privada é de cerca de R\$ 2 mil por ano.

Isso significa que as IES públicas são gastadeiras e que o investimento nelas é um desperdício? De forma alguma. Em boa parte das instituições federais e em estados específicos - São Paulo é o melhor exemplo - as IES públicas têm qualidade superior, realizam pesquisa de forma intensa, mantêm hospitais, museus e outras atividades e órgãos importantes.

ALHOS E BUGALHOS.

É preciso entender as diferenças entre públicas e privadas

Estudos realizados pela National Science Foundation, dos EUA, mostram que universidades de pesquisa, tanto públicas quanto privadas, gastam, por estudante, de 30% - nas públicas, nas quais a pesquisa é subsidiada fortemente - a 100% - nas privadas - a mais quando comparadas às que se dedicam somente ao ensino. O custo do aluno nessas IES, mesmo levando em conta o ensino direto, é também da ordem de um terço dos gastos totais, só que estes gastos são maiores.

Por que as boas universidades públicas devem se defender como se fossem culpadas de gastar mais do que a maioria das IES privadas se elas são superiores em todas as atividades que realizam? Não é esse o argumento correto, porque a qualidade diferenciada tem seu preço e o País deve decidir por investimentos nessas áreas pela necessidade de desenvolver centros avançados do conhecimento e da criação intelectual. Mesmo porque, se fôssemos computar, como se faz com o setor privado, as receitas por aluno, seria necessário incorporar os recursos oriundos das agências de fomento e das fundações próprias, que não são contabilizados nos orçamentos das IES públicas. (Isso explica o "milagre" das públicas gastarem cerca de 90% de seus orçamentos oficiais com folha de pagamento e ainda serem produtivas).

Em síntese, o custo direto do ensino de graduação é, em média, cerca de um terço dos gastos de uma IES. Uma universidade de pesquisa custa mais caro por aluno do que uma instituição voltada somente ao ensino. Os custos reais das IES públicas devem ser computados levando-se em conta os gastos feitos com recursos que vão além dos orçamentos recebidos diretamente do Tesouro.

Em geral, as IES particulares gastam menos por estudante do que as públicas, mas as públicas oferecem ensino de qualidade superior e realizam mais e melhores pesquisas. É natural que gastem mais. Poderiam gastar menos se fossem mais eficientes na gestão financeira, mas não poderiam, com tantas atividades, chegar aos níveis de custo das IES que somente ensinam, muitas vezes com um corpo docente que deixa a desejar.

Como nenhum país consegue, ou pretende, formar todos os seus profissionais de nível superior a partir de estabelecimentos caros de pesquisa, deve haver planejamento e uma distribuição racional entre as missões das diferentes IES para atender à crescente demanda. (Nos EUA, somente 19% dos estudantes universitários estão em universidades consideradas de pesquisa, públicas ou privadas) Mas não vamos tapar o sol com a peneira, porque isso não ilumina a discussão sobre as necessárias políticas de ensino superior para o Brasil.

Texto publicado na seção Carta Aberta da Revista Carta Capital de 28 de abril de 2004 e inserido no site em abril de 2004.